

**Para o estudo das marcas vimaranenses
de ourivesaria**

Manuela de Alcântara Santos

Para o estudo das marcas vimaranenses de ourivesaria

Manuela de Alcântara Santos

No período que decorre entre a década final do século XVII e o ano de 1887, podemos encontrar três tipos diferentes de marcas de ourivesaria: de ourives fabricante; de ensaiador municipal; e, em certos objectos de prata do século XIX, marcas indicativas de toque.

A marcação das peças de ouro e de prata caía em desuso durante a dominação filipina, mas foi mandada retomar com carácter obrigatório durante o reinado de D. Pedro II, através do "Regimento que se deu aos Ourives [da Prata] de Lisboa", de 18 de Julho de 1689. Este normativo foi tornado extensivo a "todas as cidades e vilas do Reino em que houver ourives da prata e do ouro", por decreto régio de 11 de Setembro de 1690, e reforçado posteriormente pelo "Regimento dos Ensaiaadores dos Ourives do Ouro", de 10 de Março de 1693 (COUTO; GONÇALVES, 1960: 36, 37).

O texto de 1689, cuja cópia andava anexa aos Estatutos dos Ourives de Ouro e Prata da Vila de Guimarães de 1781, criava um novo cargo, o de "ensaiaador"; competia-lhe verificar, através de exame ou "ensaio", se a liga metálica utilizada pelos ourives nos objectos fabricados tinha o toque – isto é, a proporção de metal nobre – exigido por lei, e, em caso afirmativo, punccionar neles a sua marca pessoal. Tratava-se de um ofício muito importante, vitalício, de nomeação municipal.

Em Lisboa e no Porto, o ensaiador não se confundia com o contraste – eram pessoas diferentes, com funções distintas: se àquele competia marcar as peças após ensaio, ao contraste cabia avaliá-las, de acordo com o respectivo peso, quando para tal fosse solicitado, não lhe cumprindo efectuar qualquer marcação. Em Guimarães, porém, os dois cargos recaíam sobre uma única pessoa, designada "ensaiaador e contraste", ou "ensaiaador contraste". Havia um ensaiador contraste para o ouro e outro para a prata, com marcas oficiais distintas para cada espécie metálica.

A marca de ourives, que este devia imprimir no artefacto que produzia antes de o levar ao ensaiador, constituía uma espécie de "assinatura" deixada pelo artista na sua obra de arte, que o responsabilizava, enquanto fabricante, perante o comprador e perante os poderes públicos.

Por sua vez, a marca do ensaiador – designada também, impropriamente, por marca de contraste ou simplesmente contraste – representava o certificado de qualidade da matéria prima, isto é, a garantia oficial e pública da legalidade do toque do ouro e da prata utilizados.

Diferente para cada uma das espécies metálicas, a marca do ensaiador variava também de localidade para localidade e, dentro do mesmo centro de fabrico, de titular para titular, sendo portanto, personalizada.

Num objecto, o conjunto das marcas de ourives e de ensaiador constitui como que o seu bilhete de identidade, pois, a par da respectiva autoria, revela-nos também a procedência geográfica e a época aproximada de execução. Daí que o seu conhecimento seja essencial e básico no estudo da ourivesaria, qualquer que seja o ângulo e o nível considerados.

Acontece, porém, que, apesar das penalidades previstas para os infractores, a obrigatoriedade da marcação foi pura e simplesmente ignorada por muitos ourives, por vezes com a conivência ou a pedido dos próprios encomendantes ou compradores, já que o pagamento do "ensaio" onerava o preço do objecto. Encontram-se, assim, muitas peças sem qualquer marca.

Em princípio, cada ourives, uma vez feito o exame que lhe permitia abrir tenda e admitir oficiais e aprendizes, devia registar na Câmara a sua marca, o mesmo sucedendo ao ensaiador após a entrada em funções. Mas da norma à prática ia uma grande distância, e conhecem-se bastantes marcas, tanto de ourives como de ensaiador, sem que se encontrem os respectivos averbamentos oficiais. Aliás, em Guimarães, ao contrário do que sucedia, por exemplo, em Évora, não existia um livro próprio para o registo municipal das marcas de ourivesaria. Os que se conhecem encontram-se dispersos pelos vários volumes quer das Vereações, quer do Registo Geral das Provisões e Sentenças, o que obviamente dificulta a pesquisa.

Para apoio ao trabalho de identificação das marcas de ourivesaria portuguesa, existem publicados dois inventários, de consulta indispensável: a obra "Marcas de contrastes e ourives portugueses", de Manuel Gonçalves Vidal, que a partir da 2.ª edição (1974) contou com complementos e anotações às marcas antigas de prata pelo engenheiro Fernando Moitinho de Almeida; e o "Inventário de Marcas de Prata Portuguesas e Brasileiras", de autoria exclusiva de Moitinho de Almeida.

Deste investigador, há ainda que ter em consideração os artigos "Estado actual do conhecimento das marcas de ourivesaria do Norte", de 1984, e "Mais algumas marcas de ourives em pratas portuguesas e brasileiras", de 1999.

Todos estes trabalhos, elaborados com rigor e meticulosidade, têm prestado e continuam a prestar relevantes serviços aos que, por qualquer motivo, se interessam pela ourivesaria portuguesa. Neles se encontram reproduzidas, em capítulos separados, as marcas de ensaiadores e as marcas de ourives, agrupadas por localidades de fabrico. Sempre que são conhecidos, indica-se ainda o respectivo titular e o ano de registo.

Existem, contudo, certas diferenças entre os dois principais inventários. A obra de Vidal e Almeida, mais antiga, tem um âmbito cronológico mais dilatado: abrange, no primeiro volume, o período que vai até 1887, data em que começaram a ser usadas as marcas das recém-criadas contrastarias nacionais de Lisboa, Porto e Braga, dependentes da Casa da Moeda; e no segundo volume, a época entre 1887 e 1950. A contribuição de Moitinho de Almeida circunscreveu-se às marcas antigas de prata do primeiro volume. Neste inventário são reproduzidas indistintamente marcas do ouro e da prata; porém, à excepção das marcas de ensaiadores, não é identificada a espécie metálica respectiva – o que obviamente constitui uma lacuna. A recolha teve em consideração os trabalhos precursores de José Alves Carneiro e de Laurindo Costa, e baseou-se em fontes diversas, nomeadamente nas chapas existentes no Arquivo Histórico da Casa da Moeda, no exame directo das peças e em documentação de natureza arquivística, incluindo, no que diz respeito a Guimarães, a do Arquivo Alfredo Pimenta.

Já o "Inventário das Marcas Portuguesas e Brasileiras – séc. XV a 1887", mais recente e actualizado, refere apenas, como o próprio título indica, marcas de prata, e não abrange o período bem conhecido das contrastarias nacionais. Moitinho de Almeida regista exclusivamente as marcas de que possui decalques, obtidos a partir do exame directo de peças existentes em museus, igrejas, exposições, colecções particulares, ourivesarias ou leiloeiras, utilizando também os dados do Arquivo da Casa da Moeda e as chapas-padrão do Arquivo Municipal de Évora (ALMEIDA 1991:8). A numeração que adopta é mais clara e mais prática, pois revela imediatamente, pela inicial que antecede a ordem numérica, o respectivo centro de produção. Para cada marca, acrescenta uma valiosa informação complementar: a tipologia e o número de peças em que foi encontrada, bem como as marcas de ensaiador a que surge associada. Aliás, este último dado ocorre também no inventário de Vidal, nas anotações complementares da 2.^a edição.

Tanto Vidal como, na sua esteira, Moitinho de Almeida, citam apenas o ano de registo das marcas, omitindo o mês e o dia, e nunca referem a fonte documental em que se baseiam, o que inviabiliza o controlo da informação e impede qualquer eventual correcção. Assim, uma inexactidão – felizmente pouco frequente – tende a ser repetida pelos investigadores que recorrem a qualquer dos inventários e a perpetuar-se indefinidamente.

Por outro lado, subsiste um número significativo de marcas de ourivesaria cujo titular continua por identificar. No desconhecimento de dados exactos, as referências cronológicas tendem a tornar-se vagas, imprecisas, refugiando-se em fórmulas como "da primeira metade do século ..." ou "datável de fins do século...". Essa forma de datação leva em linha de conta, sempre que possível, datas gravadas nas peças ou elementos extraídos de documentos dispersos; mas, na maioria dos casos, apoia-se em deduções comparativas ou meras características de estilo, comportando, por isso, um elevado grau de falibilidade, pois é bem conhecida a persistência de determinados modelos, os surtos de revivalismos e os desfasamentos cronológicos entre os vários centros de produção.

No decorrer das pesquisas que venho realizando sobre ourives e ourivesaria de Guimarães, a partir dos fundos documentais do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e de outros arquivos existentes na cidade, apercebi-me de que seria útil começar por rever a literatura sobre marcas locais, e talvez ser possível avançar com algumas propostas de identificação.

Com esses objectivos, percorri grande parte do fundo municipal do Arquivo Alfredo Pimenta e elaborei a relação dos registos das marcas de ourivesaria que aí localizei, num total de 56 casos: 41 de ourives, 7 de contrastes ensaiadores do ouro e 8 de contrastes ensaiadores da prata. A. L. de Carvalho reproduzira graficamente 30 exemplares, desacompanhados de identificação; Vidal, por seu turno, contabilizara a existência de 47 registos (VIDAL; ALMEIDA, 1974:XI). Sete das marcas que encontrei – uma de ourives da prata, seis de ourives do ouro – não constam das obras que tenho vindo a citar, pelo que as considero inéditas e se publicam neste estudo. As restantes, já divulgadas, serão citadas pela numeração que lhes foi atribuída por Vidal e Almeida (VA) ou por Moitinho de Almeida (MA).

Considereei oportuno recuperar as informações constantes do acto de registo, mas até agora desprezadas, como sejam a data completa da apresentação, o "ofício" (do ouro ou da prata) a que pertencia o apresentante, o respectivo

domicílio, bem como a localização documental precisa e completa da fonte informativa. Ao contrário do que se possa supor, não considero irrelevantes certos dados, como o dia e o mês do registo ou a morada do titular. Os primeiros permitem-nos apreciar o lapso de tempo decorrido entre o exame do ourives ou o juramento do ensaiador; por um lado, e a apresentação oficial da respectiva marca, por outro; ou, num caso limite, alertar-nos para o facto de três objectos de prata executados no ano de 1784 poderem ostentar, todos eles, marcas de diferentes ensaiadores. Por sua vez, o conhecimento da morada encaminha-nos directamente para a documentação paroquial de determinada freguesia, onde será possível encontrar a anotação do óbito do proprietário e, portanto, o presumível termo *ad quem* do uso da sua marca.

Os resultados obtidos nesta primeira fase do trabalho apresentam-se sistematizados nos quadros 1 a 4. Nas observações aos quadros 1, 3 e 4 chama-se a atenção para imprecisões detectadas em publicações anteriores. Na coluna "Fontes", utilizam-se as seguintes abreviaturas: V (Vereação) e RG (Registo Geral das Provisões e Sentenças).

Quadro 1 - Registos das marcas de ourives na Câmara de Guimarães (1763-1822)

Ourives	Ofício	Data do Registo	Marca		Domicílio	Fonte	Obs.
			Segundo V.A.	Segundo M.A.			
António Joaquim Fernandes	Ouro	1819.05.15	2149	-	R. de Santa Maria	R.G. 1817-20, M-2677:165	
António José Mendes	Ouro	1815.06.01	-	-	R. Caldeiroa	R.G. 1815-17, M-2676:31.v.	Marca inédita
António José Pinto	Ouro	1815.09.30	-	-	-	R.G. 1815-17, M-2676:61 v.	Marca inédita
António José Ribeiro	Prata	1763.06.22	2197	-	-	V.1759-64, M-1823:121	
António Manuel de Azevedo	Prata	1785.10.19	2150	-	R. dos Mercadores	V.1780-88, M-1826:120	

Ourives	Ofício	Data do Registo	Marca		Domicílio	Fonte	Obs.
			Segundo V.A	Segundo M.A.			
Bento José da Silva Coelho	Ouro	1768.02.06	2151	-	-	R.G.1765-74, M-2668:94 v.	
Bento José Pereira de Sousa	Prata	1786.01.12	2153	G-30	R. dos Mercadores	V.1780-88, M-1826:127	
Bento de Sousa	Ouro	1768.02.06	2152	-	-	R.G.1765-74, M- 2668:94	
Bernardo José Antunes	Ouro	1815.04.06	2201	-	R. da Tulha	R.G.1815-17, M- 2676:4	
Brás Teixeira	Ouro	1815.07.29	-	-	R. Caldeiroa	R.G. 1815-17, M- 2676:43 v.	Marca inédita
Francisco José da Silva	Prata	1786.01.19	2166	-	-	V.1794-88, M-1826:127 v.	
Francisco Rodrigues de Oliveira	Prata	1796.01.14	2165	G-38	R. Nova das Oliveiras	V.1794-99, M-1828: 68	
Henrique José de Pontes	Ouro	1763.06.17	[?]	-	-	V.1759-64, M-1823:119, 119 v.	a)
Jerónimo Teixeira de Barros	Ouro	1763.08.20	-	-	R. da Tulha	V. 1759-64, M-1823:127	Marca inédita
Jacinto Costa Henriques	Ouro	1819.04.05	2158	-	R. da Fonte Nova	R.G.1817-20, M-2677:157 v.	

Ourives	Ofício	Data do Registro	Marca		Domicílio	Fonte	Obs.
			Segundo V.A	Segundo M.A.			
João António Luís Esteves	Ouro	1815.11.03	-	-	S.Tiago de Oliveira (Lanhoso)	R.G. 1815-17, M-2676: 74 v.	Marca inédita
João Baptista Pereira	Prata	1763.08.30	2195	G-76	Rua Nova	V.1759-64, M-1823:128 v.	
João Baptista da Silva	-	1815.04.20	2199	-	R. Sapateira	R.G. 1815-17, M-2676:5	
João Correia	Prata	1785.08.17	2156	-	R. dos Mercadores	V.1780-88, M-1826:115 v.	
João Elias da Silva	Ouro	1763.06.18	2198	-	-	V.1759-64, M-1823:120 v.	
João Francisco	Prata	1786.01.21	2164	-	-	V. 1780-88, M-1826:127 v.	b)
João Francisco Guimarães	Ouro	1768.02.06	2168	-	R. da Tulha	R.G. 1765-74, M-2668:94	
João José da Rocha	Prata	1792.06.09	2181	-	-	V.1788-94, M-1827:121	
João Rodrigues	Prata	1768.01.30 1785.07.30	2183 2184	G -52	R. Sapateira	V.1764-71, M-1824:108 V.1780-88, M-1826:112	
Joaquim Pinheiro	Prata	1796.01.13	2182	-	R. Nova das Oliveiras	V.1794-99, M-1828: 68	

Ourives	Ofício	Data do Registo	Marca		Domicílio	Fonte	Obs.
			Segundo V.A	Segundo M.A.			
Joaquim José Marques	Prata	1789.06.13	2180	-	-	V.1788-94, M-1827:30 v.	
José António de Abreu	Ouro	1815.03.31	2196	-	S. Paio de Brunhais (conc. Póvoa de Lanhoso)	R.G.1815-17, M-2676:4	
José António Marques	Prata	1796.01.13	2171	-	R. Nova	V.1794-99, M-1828:68	
José Correia do Amor Divino	Prata	1792.06.18	2157	G-33	-	V.1788-94, M-1827:124 v.	c)
José Fernandes de Sousa	Prata	1815.09.12	2178	G-46	R. Sapateira	R.G.1815-17, M-2676:51 v.	
José Maximino da Costa Neves	Ouro	1815.04.05	2200	-	R. de Trás do Muro	R.G.1815-17, M-2676:4	d)
Luís José Pereira	Prata	1797.03.09	2188	-	R. da Tulha	V.1794-99, M-1828: 100	
Luís Mendes	Ouro	1822.03.18	-	-	Concelho de (?)	R.G.1820-24, M-2678:115 v.	
Manuel Alves Machado	Prata	1815.07.14	-	-	R. Donães	R.G.1815-17 M-2676: 38	

Ourives	Ofício	Data do Registo	Marca		Domicílio	Fonte	Obs.
			Segundo V.A	Segundo M.A.			
Manuel António da Silva	Ouro	1791.09.27	2161	-	-	V.1788-94, M-1827: 95	
Manuel Francisco Esteves	Prata	1796.01.13	2191	G- 70	R. da Tulha	V.1794-99, M-1828: 68	e)
Manuel José de Sousa	Prata	1784.10.15	2186	-	-	V.1780-88, M- 1826: 97 v.	
Manuel José Vieira	Prata	1795.01.15	2193	-	-	V.1794-99, M- 1828: 28	
Manuel de Oliveira	Ouro	1768.01.30	2203	-	-	V.1764-71, M-1824: 108	
Rodrigo Pinto	Ouro	1819.04.27	2148	-	R. Val de R.G.18 Donas	7-20, M-2677: 160.	

Observações:

a) Do acto de registo não consta a reprodução de qualquer marca de ourives, mas apenas a de ensaiador do mesmo titular.

b) O ourives da prata João Francisco é apenas designado por estes dois nomes e assina do mesmo modo, pelo que não deve ser confundido com o ourives do ouro João Francisco Guimarães, como admite Vidal (VIDAL; ALMEIDA, 1974: 221).

c) Certamente por lapso, Moitinho de Almeida troca o nome próprio do ourives, que é José Correia do Amor Divino e não João (ALMEIDA, 1991: 64).

d) A marca do ourives do ouro José Maximino da Costa Neves foi reproduzida em Vidal de forma invertida: consiste efectivamente na letra A, e não na letra V. Uma nota marginal no registo reforça a nossa leitura, que aliás coincide com a reprodução de A. L. de Carvalho (CARVALHO, 1939: 89).

e) Este ourives, cujo percurso pessoal e profissional pode ser acompanhado documentalmente, chamava-se Manuel Francisco Esteves, e não Manuel Ferreira Esteves, como tem sido designado, na esteira de Vidal e de Moitinho de

Almeida (VIDAL; ALMEIDA, 1974: 224; ALMEIDA, 1991: 70)¹. Vidal foi provavelmente traído pelo facto de, no registo, Francisco estar grafado de forma abreviada (Fr.^{co}).



Quadro 2 - Marcas de ourives registadas na Câmara de Guimarães e ainda inéditas

	Marca do ourives de prata Manuel Alves Machado, da R. de Donães, registada em 1815.07.14. (R. G. 1815-17, M- 2676: 38)
	Marca do ourives do ouro António José Mendes, da R. Caldeiroa, registada em 1815.06.01 (R. G. 1815-17, M- 2676: 31 v.)
	Marca do ourives do ouro António José Pinto, registada em 1815.09.30 (R. G. 1815-17, M- 2676: 61 v.)
	Marca do ourives do ouro Brás Teixeira, da R. Caldeiroa, registada em 1815.07.29 (R. G. 1815-17, M- 2676: 43 v.)
	Marca do ourives do ouro João António Luís Esteves, de S. Tiago de Oliveira (Concelho de Lanhoso), registada em 1815.11.03 (R. G. 1815-17, M- 2676: 74 v.)
	Marca do ourives do ouro Luís Mendes, do concelho de [?], registada em 1822.03.18 (R. G. 1820-24, M- 2678: 115 v.)
	Marca do ourives do ouro Jerónimo Teixeira de Barros, de R. da Tulha, registada em 1763.08.20 (V. 1759-64, M- 1823: 127).

¹ Agradeço ao Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa ter chamado a minha atenção para este caso.

Quadro 3 - Registo de marcas de ensaiador do ofício dos ourives do ouro na Câmara de Guimarães (1763-1867)

Ensaaiador	Data de registo	Marca segundo V.A.	Marca Segundo M.A	Fonte	Obs.
Henrique José de Pontes	1763.06.17 1784.08.26	183 184	- -	V.1759-64, M-1823: 119 v. V.1780-88, M-1826: 92 v.	
Francisco José Fernandes da Silva	1783.04.21	186	-	V.1780-88, M. 1826: 66	a)
João António Pontes	1809.01.26 1826.05.24	195 194	- -	R.G. 1806-09, M-2673: 182 R.G. 1825-27, M-2679: 104	b)
João Manuel da Silva	1826.05.24	196	-	R.G. 1825-27, M- 2679: 104	
João António da Cruz	1867.07.25	202	-	R.G. 1853-78, M-2684: 92 v.	

Observações:

a) Vidal apresenta de forma incompleta o nome deste episódico contraste do ouro, ao omitir o prenome inicial, Francisco (VIDAL; ALMEIDA, 1974: 20).

b) A primeira marca do contraste e ensaiador João António Pontes está impressa a lacre, e parece corresponder à VA 195. A segunda marca (VA 194) foi apresentada pelo seu sucessor, João Manuel da Silva, no acto de registo da sua própria marca (VA 196); além da reprodução de ambas e das respectivas descrições, está expresso que João Manuel da Silva continuara a usar, até àquela data, a marca do seu antecessor, já falecido.

O óbito de João António Pontes ocorreu a 31.12.1825², pelo que a marca VA 194 corresponderá, assim, à última fase da sua vida.

² Freguesia de S. Paio, Óbitos 1802-1820, P- 436, fls. 44.

Quadro 4 - Registo de marcas de ensaiador do ofício dos ourives da prata na Câmara de Guimarães (1763-1877)

Apresentador	Categoria	Data	Marca segundo V.A.	Marca segundo M.A.	Fonte	Obs.
António José Ribeiro	Ensaaiador	1763.06.22	185	-	V.1759-1764, M- 1823: 121	
António Carvalho e Sousa	Ensaaiador	1874.07.30	187	-	V. 1780-1788, M- 1826: 92	
Manuel José de Sousa	Ensaaiador	1784.10.15 1791.08.16	188 (?) 189	G-5	V.1780-88, M-1826:97 v. V.1788-94, M-1827:90 v.	a)
José António Cardoso	Ensaaiador	1834.05.30	199	G.11	R.G.1832-36, M-2682:133 v.	
Zeferino Augusto César	Ensaaiador	1877.03.21	?	?	Contrastaria, B-22-2-73, maço 27	b)
José Luís de Sousa Guimarães	Juiz do ofício	1791.08.26	191	-	V.1788-94, M-1827: 91 v.	c)
Francisco Ribeiro e Bento José Pereira de Sousa	Juizes do ofício	1795.12.12	192	G-8	V.1794-99, M-1828: 63 v.	d)

Observações:

a) A marca registada por Manuel José de Sousa em 1791 não corresponde exactamente à que Moitinho de Almeida reproduz sob o número G-6, pois não apresenta, na coroa que encima o G, quaisquer pontos intermédios. A grande nitidez da reprodução não deixa margem para dúvidas.

Já o registo de 1784 é menos claro, não obstante a marca se encontrar repetida, estampada a tinta e puncionada no papel; mas a tinta está esborratada, e o relevo em parte perdido. Creio estamos perante a marca VA G-5, que difere na forma da haste horizontal do G da que Vidal diz registada em 1784 (VA 188).

b) A fonte indicada é apenas o requerimento do registo da marca, e dela não consta qualquer reprodução da mesma; porém, à margem, há uma indicação, escrita a lápis, de que a respectiva chapa foi enviada em 1887 à Casa da Moeda.

c) José Luís de Sousa, que assina José Luís de Sousa Guimarães, era à época juiz do ofício dos ourives da prata³. Regista a marca "de que hade usar nas obras e marcar as obras que fizer ou mandar fazer o contraste deste ofício". Este esclarecimento é importante, pois confirma que o punção em poder dos juizes se destinava à marcação das obras do ensaiador contraste, o qual, na época indicada, era Manuel José de Sousa.

d) Do mesmo modo o juiz cessante Francisco Ribeiro e o juiz eleito para 1796, Bento José Pereira de Sousa, apresentam em, 12.12.1795 (corrija-se o lapso em VIDAL; ALMEIDA, 1974: 21), nova marca de prata que andava em poder dos respectivos juizes, ficando sem efeito a antiga "por constar alguma duvida e confusões". Era então ensaiador contraste Miguel Joaquim de Freitas, provido no cargo havia poucos meses⁴.

A análise comparativa dos quadros 1, 3 e 4 sugere-nos alguns comentários:

1. Embora no capítulo IX do "Regimento para os ensaiadores", de 1689, que andava anexo aos "Estatutos dos Ourives de Ouro e de Prata da Vila de Guimarães", de 1781, se determine taxativamente que "as marcas dos ditos ourives estarão registadas no Senado, para que se não possa mudar as formas delas" (REGIMENTO, 1894: 210) salta à vista que este preceito foi frequentemente ignorado. Das 72 marcas de ourives da prata recenseadas por Moitinho de Almeida (ALMEIDA 1991; ALMEIDA 1999), só de 7, isto é, de 10 %, se conhece o manifesto oficial; e das 23 marcas de ensaiadores da prata nas mesmas condições, apenas de 4, ou seja 17 %, haverá registo. Por sua vez, não podemos esquecer que o número de marcas recenseadas é previsivelmente inferior ao dos mestres ourives da prata que trabalhavam em Guimarães no período considerado.

2. A inclusão no Quadro 1 de ourives residentes fora da área do concelho de Guimarães, nomeadamente da Póvoa de Lanhoso, explica-se pelo facto da jurisdição dos ensaiadores contrastes se estender a toda a comarca, que incluía, além de Guimarães, vários concelhos vizinhos.

3. A partir do Quadro 1, atentemos na cronologia dos registos das marcas dos ourives fabricantes:

³ Vereações 1788-94, M- 1827, fls. 77.

⁴ Registo Geral das Provisões e Sentenças, 1794-1801, M- 2671, fls. 68 a 69.

Quadro 5 - Distribuição cronológica dos registos das marcas dos ourives (1763-1822)

Data	Ourives do ouro	Ourives da prata	Indeterminado	Total
1763	3	2	—	5
1768	4	1	—	5
1784	—	1	—	1
1785	—	3	—	3
1786	—	3	—	3
1789	—	1	—	1
1791	1	—	—	1
1792	—	2	—	2
1795	—	1	—	1
1796	—	4	—	4
1797	—	1	—	1
1815	7	2	1	10
1819	3	—	—	3
1819	3	—	—	3
1822	1	—	—	1
Total	19	21	1	41

É patente que fica por cobrir uma parte significativa do período das marcas antigas, quer antes de 1763, quer depois de 1822, e mesmo entre as duas datas limite subsistem hiatos temporais, o maior dos quais decorreu entre 1798 e 1814. Criam-se, assim, vazios de informação que abrangem várias décadas.

Os registos respeitantes a ourives do ouro concentram-se em dois períodos: um, de 1763 a 1768, corresponde ao início das actividades do ensaiador contraste Henrique José de Pontes; outro, de 1815 a 1822, à permanência no mesmo cargo de seu filho João António Pontes, que teve uma acção directa nesta situação, já que ele próprio "dava" as marcas a usar pelos ourives, e um caso houve em que o fez por atestado escrito⁵.

Quanto ao ofício da prata, as apresentações das marcas no Senado são em número ligeiramente superior às do ouro e surgem mais escalonadas no tempo, o que indicia uma organização mais regular e menos dependente das personalidades dos seus dirigentes.

⁵ Registo Geral das Provisões e Sentenças 1820-1824, M- 2678, fls. 115 v.

4. As marcas de ourivesaria têm sido identificadas por outras vias que não os registos oficiais. Reportando-nos apenas às que foram inventariadas por Moitinho de Almeida, todas relativas à prata, procuremos determinar a situação do conhecimento actual. A última coluna do quadro seguinte dá-nos a dimensão da nossa ignorância.

Quadro 6 - Marcas de prata identificadas

Tipo de marca	N.º de marcas recenseadas	N.º de marcas identificadas		Total	Marcas por identificar	
		Por registo municipal	Por outras vias		Número	Percentagem
De fabricante	72	7	5	12	60	83,3 %
De ensaiador	23	4	6	10	13	56,5 %

Foi da consideração destes dados que surgiu a segunda parte do presente trabalho: a apresentação de propostas de identificação de algumas marcas de prateiros vimaranenses. Deixarei para outra oportunidade a análise das marcas oficiais dos ensaiadores que, pela importância que assumem e pela natureza dos problemas que envolvem, reclamam um tratamento autónomo em estudo mais desenvolvido.

Esgotadas, porém, as virtualidades do fundo municipal, foi necessário escolher novos pontos de partida. Um deles foi a análise das próprias marcas.

Sem que tal constituísse uma regra absoluta, as marcas dos fabricantes vimaranenses de objectos de ouro consistiam quase sempre numa única letra maiúscula, sem ligação aparente com o nome do titular. Não apontam, portanto, para uma escolha individual personalizada, antes parecem resultar de uma atribuição que segue uma ordem mais ou menos alfabética.

Ao invés, as marcas dos prateiros eram formadas por uma ou várias letras, às vezes geminadas, isto é, ligadas entre si pelos traços comuns. Essas letras configuram quase sempre as iniciais do seu possuidor; o que não sendo só por si critério seguro, pode auxiliar a respectiva identificação, sobretudo se o investigador estiver familiarizado com os nomes dos profissionais de uma determinada época.

Mas as marcas não são dados isolados, sobrevivem nas próprias peças, que podemos encontrar em museus, igrejas, confrarias ou outras instituições (ou, menos acessíveis, nas mãos de particulares). Houve que procurar referências ocasionais escritas relativas às obras em questão, dispersas em recibos, inventários, livros de termos ou de contabilidade. Para aferir cronologias, recorreu-se ainda a registos paroquiais, incluindo raros róis de confessados, ou a testamentos, ou a listas de irmãos. E, finalmente, foi preciso cruzar as diversas informações assim obtidas.

São sete as propostas que agora se tornam públicas. E se algumas parecem irrecusáveis, outras apresentam apenas um maior ou menor grau de probabilidade; mesmo assim, com as devidas reservas, considero útil a sua divulgação para que possam ser testadas por outrém.

1. Marca MA G-43;VA 2173

Titular: O ourives da prata José Coelho de Oliveira.

Justificação: Com a marca em questão, existem no Museu de Alberto Sampaio duas salvas neoclássicas, com os números de inventário O-60 e O-61, bem como uma caixa para a âmbula do óleo da Extrema Unção, com bandeja de gradinha, cuja referência de inventário é O-7 (SANTOS; SILVA, 1998: 127 e 128); na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira conserva-se um par de galhetas com prato, e uma cruz, atributo da imagem de S. Dâmaso. Conhecem-se os recibos originais de várias destas peças, datados e assinados pelo próprio José Coelho de Oliveira: da salva mais pequena, paga em 23.02.1828⁶; da salva maior, galhetas e cruz de S. Dâmaso, em 29.11.1826⁷. Do recibo da caixa da âmbula paga em 8.03.1830, há cópia fidedigna⁸.

A marca G-43 surge acompanhada da marca de ensaiador de Guimarães G-16, nas peças de 1826, e G-17 na de 1830.

Estão referenciadas outras obras deste ourives (SOUSA, 1993: 81, 84, 85, 86 e 87; SOUSA 1988, 226-227; Almeida, 1993: 66).

Cronologia: O percurso pessoal de José Coelho de Oliveira pode ser reconstituído nas suas linhas essenciais. Nasceu em 1786⁹ e faleceu em 1870 ou 1871¹⁰. A marca em questão foi utilizada em período anterior a 1849.

2. Marca MA G-54;VA 2763

Titular: José Coelho de Oliveira

Justificação: Aparece em quatro jarras de andor que integram a colecção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio, com os números de inventário O-55 a O-58 (SANTOS; SILVA, 1998:126). Existe cópia do recibo correspondente, de que consta o nome do ourives que executou as jarras, a data de 1849 e o preço pago pelas peças e bocais, sem contar com a prata velha recebida¹¹.

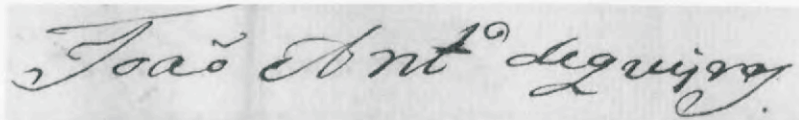
A marca surge conjuntamente com a do ensaiador municipal de Guimarães G-14, e aparece também no Brasil (ALMEIDA, 1993:68).

Cronologia: Usada em 1849 e posteriormente.

3. Marca MA G 41;VA 2711

Presumível titular: O ourives da prata João António de Queirós

Justificação: Esta atribuição resulta da conjugação de três factores: a coincidência das iniciais, uma vez que o P invertido deve ser lido como Q; a forma como o referido ourives assina o seu apelido¹², que confirma essas leitura, e, finalmente, a existência de uma custódia de prata dourada, marcada com aquela sigla, que tudo aponta para que tenha sido executada por João António de Queirós.



⁶ Despesa da Fábrica 1825-1844, C-555, doc. 86.

⁷ Ob. cit., doc. 141.

⁸ FARIA, João Lopes – "Velharias da Colegiada", vol. 9, fls. 81 v.

⁹ A.D.P.: Baptismos, e Casamentos, freguesia de S. Salvador de Paço de Sousa, bobine 293, Livro misto n.º 4, assento 544.

¹⁰ Já não consta do Recenseamento Eleitoral de 1871 (B-15-4-16) e o seu nome está riscado no Rol de Confessados de 1872 (R-178).

¹¹ FARIA, João Lopes, ob. cit., vol. cit., fls.84.

¹² Veja-se, por exemplo, em Recibos C-1294: doc. 145, 146 e 148.

De facto, em 2.07.1820, este mestre ourives e Lourenço António Vieira apresentaram à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – em cujo núcleo museológico a peça se encontra – orçamento para uma custódia, em função do que a Mesa da instituição resolveu mandá-la executar imediatamente¹³.

Levanta-se, contudo, um problema de cronologia. A actividade de João António de Queirós está referenciada desde o início do século XIX como oficial de Manuel Francisco Esteves¹⁴; mas assume a direcção da oficina, após a morte deste, em 1817, até ao seu próprio falecimento, em 27.06.1842¹⁵. Ora a marca em questão aparece em peças executadas posteriormente, como sejam a caldeira de água benta da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, que tem gravada a data de 1848; a cruz processional da Irmandade de S. Nicolau, provavelmente de 1849-1850; varas de confraria da mesma Irmandade, atribuíveis a cerca de 1857 e 1863; o báculo da imagem de S. Nicolau, de cerca de 1861-62 (SANTOS; SILVA, 1998: 131 a 133).

Ora quando João António de Queirós faleceu, vivia com ele um filho, também ourives, de nome Manuel Pinto de Queirós¹⁶, nascido do primeiro matrimónio¹⁷, de quem não se conhece marca própria. Terá este continuado usar, como por vezes acontecia, a marca de seu pai? Fica a interrogação.

A produção assinalada com a marca em análise é vasta, apresentando a marca de ensaiador G-10 (custódia) ou G-14 (espólio da Irmandade de S. Nicolau); Moitinho de Almeida refere ainda as marcas G-11 e G-17 (ALMEIDA, 1991: 65).

Cronologia aproximativa: De cerca de 1817 até cerca de 1863, data da última obra marcada conhecida.

4. Marca MA G-58; VA 2779

Presumível titular: José Pinto de Queirós, filho do citado João António de Queirós; desempenhou o cargo de contraste ensaiador da prata no terceiro quartel do século XIX.

Justificação: Parece improvável que um ensaiador contraste não tenha tido a sua marca pessoal de ourives. Ora de entre todas as conhecidas, apenas nesta há uma coincidência total com as iniciais do artista JPq

Os dados cronológicos de que dispomos viabilizam tal atribuição. Com efeito, José Pinto de Queirós, embora activo desde 1836-37¹⁸, só terá dirigido oficina desde a morte de seu pai, em 1842, até ao seu próprio falecimento em 1877¹⁹. Ora a marca de ensaiador G-21 ou VA 209, que surge conjuntamente com a que nos ocupa, aparece também em obras de José Luís Dias Guimarães e de Zeferino Augusto César (ALMEIDA, 1991: 68; 72), o que nos remete precisamente para o início e para o fim do terceiro quartel do século XIX

5 e 6. Marcas G-60 e G-61; VA 2789 e 2635 (?)

Presumível titular: Lourenço António Vieira

Justificação: A correspondência das iniciais, nomeadamente a abreviatura de Lourenço (L^o), e a coincidência temporal.

¹³ Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, "Livro de Termos da Mesa e Definitório", 1813 a 1822, fls. 131.

¹⁴ Freguesia da Oliveira, Róis de Confessados, 1802 a 1815 (R-64 a R-77).

¹⁵ Róis de Confessados, 1817 a 1842 (R-79 a R-124); Freguesia da Oliveira, Óbitos 1800-1860, P-398, fls. 206.

¹⁶ Róis de Confessados, 1817 (R-79).

¹⁷ Freguesia de S. Sebastião, Nascimento 1789-1805, P-451, fls. 116.

¹⁸ Freguesia da Oliveira, Rol de Confessados 1837, R-114.

¹⁹ Freguesia da Oliveira, Óbitos 1860-1881, P-401, fls. 62.

Lourenço António Vieira, "professor da prata"²⁰, surge referenciado desde 1801, quando, a 17 de Janeiro, presta juramento como escrivão do ofício de ourives da prata²¹ - o que pressupõe uma certa experiência profissional anterior - até cerca de 1833, quando ainda morava na Rua Sapateira²². A sua actividade atravessa, assim, a parte final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

As duas marcas que presumivelmente lhe pertencem surgem acompanhadas das de ensaiador G10 e G17, a primeira das quais tem sido apontada como sendo de finais do século XVIII, princípios do século XIX (ALMEIDA, 1991: 59), e a segunda da primeira metade do século XIX (ALMEIDA, 1999: 58).

7. Marca G 73;VA 2192

Presumível titular: Manuel José do Sacramento.

Justificação: Correspondência das iniciais e concordância cronológica.

Aparece em conjunto com a marca de ensaiador G-10 (ALMEIDA, 1991:70) que, como já se referiu, tem sido considerada de fins do século XVIII e inícios do seguinte.

A actividade de Manuel José do Sacramento decorre entre 1799, ano em que terá feito o exame de acesso a mestre²³ e 1857, data em que faleceu na sua casa da Praça de S.Tiago, n.º 3²⁴, bastante idoso, e certamente já afastado do labor de ourives. Do seu trajecto profissional conhecem-se sobretudo os trabalhos que realizou, como "ourives de fábrica", para a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (SANTOS, 2004).

Com os exemplos que apresentei, tentei provar que é possível avançar na identificação das marcas de ourivesaria vimaranense e precisar a respectiva cronologia recorrendo à documentação de arquivo. Poderá parecer a muitos que tal investigação possui um âmbito demasiado restrito, muito específico, muito técnico, árido por natureza. Mas convém não esquecer que esse estudo constitui, a par do inventário exaustivo das peças existentes e do conhecimento biográfico dos ourives, a base indispensável à sustentabilidade de construções mais ambiciosas, seja no plano da análise estética ou sócio-cultural, seja numa perspectiva sintética e dinâmica.

²⁰ Santa Casa da Misericórdia, Livro de Termos da Mesa e Definitório, 1813-1822, fls. 131.

²¹ Vereações 1799-1804, M-1829, fls. 33 v.

²² Freguesia da Oliveira, Rol de Confessados 1833, R-109.

²³ Livro de Receita e Despesa do Ofício dos Ourives de Ouro e Prata, 1791-1893, fls 20.

²⁴ Registo dos Testamentos do Concelho, 1857, M-463, fls. 51 v.

Fontes e Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Confraria de Santo Elói:

- *Livro de Receita e Despesa do Offício dos Ourives de Ouro e Prata, 1791-1893*

Arquivo Distrital do Porto:

- *Baptismos e Casamentos, freguesia de S. Salvador de Paço de Sousa, Bobine 293, L.º misto n.º 4.*

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta:

- *Contrastaria de Ouro e Prata no Concelho de Guimarães, 1877, B-22-2-73, Mç. 27.*

- *Despesa da Fábrica 1825-1844, C-555*

- *Nascimentos 1789-1805, freguesia de S. Sebastião, P-451.*

- *Óbitos 1800-1860, freguesia da Oliveira, P-398.*

- *Óbitos 1860-1881, freguesia da Oliveira, P-401.*

- *Óbitos 1802-1880, freguesia de S. Paio, P-436.*

- *Recenseamento Eleitoral, 1781, B-15-4-16.*

- *Recibos 1821-1822, C-1296.*

- *Registo Geral das Provisões e Sentenças:*

- . 1765-1774, M-2668

- . 1794-1801, M-2671

- . 1806-1809, M-2673

- . 1815-1817, M-2676

- . 1817-1820, M-2677

- . 1820-1824, M-2678

- . 1825-1827, M-2679

- . 1832-1836, M-2682

- . 1853-1878, M-2684.

- *Registo dos Testamentos do Concelho, 1857, M-463.*

- *Vereações:*

- . 1753-1764, M-1823

- . 1764-1771, M-1824

- . 1780-1788, M-1826

- . 1788-1794, M-1827

- . 1794-1799, M-1828

- . 1799-1804, M-1829

Arquivo Paroquial da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira:

- *Rol de Confessados*:

. 1802 a 1805, R-64 a R-77

. 1817, R-79

. 1833, R-109

. 1837, R-114

. 1842, R-124

. 1872, R-178

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães

- *Livro de Termos da Mesa e Definitório*, 1813-1822.

Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento

- FARIA, João Lopes de, *Velharias da Colegiada*, vol. 9, s/data.

Bibliografia**ALMEIDA, 1984**

ALMEIDA, Fernando Moitinho de – *Estado actual do conhecimento das marcas de ourivesaria do Norte*, in “Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição”. Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural; Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1984.

ALMEIDA, 1991

ALMEIDA, Fernando Moitinho de – *Inventário de Marcas de Prata Portuguesas e Brasileiras: século XV a 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

ALMEIDA, 1999

ALMEIDA, Fernando Moitinho de – *Mais algumas marcas de ourives em pratas portuguesas e brasileiras*”, in “I Colóquio Português de Ourivesaria: Actas”. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999.

CARNEIRO, 1892

CARNEIRO, José Alves - *O auxiliador do fabricante d'Ourivesaria*. Porto: Typographia Gutenberg, 1892.

CARVALHO, 1939

CARVALHO, A. L. de – *Os mesteres de Guimarães*, vol. I [s. n.], 1939.

COSTA, 1927

COSTA, Laurindo – *As contrastarias em Portugal*. Porto: Tipografia Fonseca, 1926-1927.

COUTO; GONÇALVES, 1960

COUTO, João; GONÇALVES, António M. – *A ourivesaria em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1960.

REGIMENTO, 1894

Regimento para os Ensaiaadores dos Officios dos Ourives do Ouro, e da Prata, e dos Ourives dos dittos Officios, cada hum na parte que lhe tocar, na forma que no exordio deste Regimento vae declarado – Revista de Guimarães, 11 (4), 1894, pp. 206-214.

SANTOS, 2004

SANTOS, Manuela de Alcântara – *Alimpadores da prata e ourives da fábrica da Colegiada de Guimarães* (em publicação).

SANTOS, SILVA, 1998

SANTOS, Manuela de Alcântara; SILVA, Nuno Vassallo e – *A Colecção de Ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*. Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.

SOUSA, 1993

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Subsídios para o estudo das Artes Decorativas: A propósito de uma colecção particular de prataria, "Museu"*, Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, p. 55-127.

SOUSA, 1998

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Pratas Portuguesas em colecções particulares: séc. XV ao séc. XX*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.

VIDAL; ALMEIDA, 1974

VIDAL, Manuel Gonçalves; ALMEIDA, Fernando Moitinho de – *Marcas de contrastes e ourives portugueses*. 2 vols., 2.^a ed.. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974 (1.^a ed., 1958).

